

## **PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

### **PROJETO DE LEI Nº 44, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.**

**OBJETO:** Proíbe que pessoas condenadas pela prática de crimes de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher, de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, dos crimes previstos no estatuto do idoso, crime de tráfico de drogas ou racismo, sejam nomeadas para cargo efetivos ou comissionados na administração direta e indireta do Poder Executivo e no Poder Legislativo municipais.

**AUTORIA:** Jaqueline Emília Luciano

**RELATOR:** Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva

### **PARECER**

#### **1- Objetivo do Projeto:**

A proponente afirma que o projeto de lei (...) se fundamenta na importância do combate à violência contra a mulher, que é um dever do Estado."

Menciona que os índices de violência contra a mulher aumentam.

Aduz que pretende o projeto de lei aperfeiçoar a legislação vigente para impedir o ingresso, no serviço público, de agressores de mulheres, de crianças e de idosos, traficantes de e também condenados pelo crime de racismo, para que fiquem impedidos de prestar concursos públicos e de exercerem cargos e funções na administração pública.

Ressaltou a moralidade administrativa, e requereu o apoio dos pares.

#### **1- Fundamentação:**

Inicialmente, verificamos que o projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 30, c/c art. 171 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e art. 12 da Lei Orgânica Municipal.

O Tribunal de Justiça de São Paulo enfrentou a situação afirmando:

Ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei n.º 8.051, de 19 de setembro de 2022, do Município de Guarulhos, que dispõe sobre "**a vedação de nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas por violência, abuso ou exploração de menores e dá outras providências**" - Vício de iniciativa e ofensa

**ao princípio da separação dos poderes não configurados** - Matéria que não se encontra entre aquelas expressamente elencadas nos artigos 24, § 2º, 47, 166 e 174, todos da Constituição Bandeirante - Hipóteses previstas no texto constitucional que devem ser interpretadas restritivamente - **Proposição legislativa relacionada aos princípios da moralidade e interesse público, consagrados no artigo 37, caput, da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Paulista - Lei municipal que pode estabelecer critérios para admissão de servidores nos termos do artigo 37, inciso I, da Carta Maior** - Prerrogativa do Chefe do Poder Executivo de avaliar os critérios de conveniência e oportunidade referentes à nomeação de pessoas para cargos em comissão que não se sobrepõe aos princípios que norteiam a Administração Pública - Edição de norma similar no Município não convalida o vício de inconstitucionalidade - Ação improcedente. (TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 2256459-38.2022.8.26.0000 São Paulo, Relator: Vianna Cotrim, Data de Julgamento: 29/03/2023, Órgão Especial, Data de Publicação: 04/04/2023) (destaquei)

Nesta esteira, temos que não há qualquer óbice para o prosseguimento da apreciação do projeto.

Ademais, em situação análoga, o próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais já decidiu:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI 1.657/2021 - MUNICÍPIO RIO ACIMA - "FICHA LIMPA MUNICIPAL" - CRITÉRIOS DE HONORABILIDADE PARA O PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO - VÍCIO DE INICIATIVA - NÃO CONFIGURAÇÃO - VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES E EXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO - REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDA. - Conforme a jurisprudência deste col. Órgão Especial, embora o Chefe do Poder Executivo tenha iniciativa legislativa reservada para a criação e extinção de cargos públicos e seu provimento (art. 66, III, b e c, da CE; art. 61, § 1º, II, a e c, CF), **não se situa no domínio dessa reserva o estabelecimento de condições para o provimento de cargos públicos, dentre as quais a exigência de critérios mínimos de honorabilidade para o exercício das funções públicas** - Usurpa competência privativa da União o dispositivo de lei municipal que estabelece norma geral acerca de licitação e contratos - Representação parcialmente acolhida para declarar a inconstitucionalidade do § 2º do art. 1º da Lei nº 1.657/21, do Município de Rio Acima. (TJ-MG - Ação Direta Inconst: 10000212531610000 MG, Relator: Belizário de Lacerda, Data de Julgamento: 17/01/2023, Órgão Especial / ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 25/01/2023) (destaquei)

**c) Tramitação e Votação:**

A discussão e votação do presente projeto, deverá ocorrer em turno único conforme Art. 119 do Regimento Interno.

**d) Quórum:**

O quórum exigido para a aprovação desta matéria é de maioria simples, e considerar-se-á aprovado o presente projeto, se receber os votos da maioria dos vereadores presentes na reunião, conforme art. 130 do Regimento Interno.

**2- Do Mérito:**

O mérito do projeto, deverá ser analisado pelos senhores Vereadores, porém, verificamos que os dispositivos previstos no mesmo são compatíveis com a legislação em vigor, e que estão em harmonia com a Legislação Federal, Estadual e Municipal e não fere competências.

**3- Conclusão:**

Pelo exposto, opino pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Projeto de Lei Ordinária nº 44/2024, que *“Proíbe que pessoas condenadas pela prática de crimes de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher, de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, dos crimes previstos no estatuto do idoso, crime de tráfico de drogas ou racismo, sejam nomeadas para cargo efetivos ou comissionados na administração direta e indireto do Poder Executivo e no Poder Legislativo municipais”*, estando o mesmo em condições de ser apreciado e votado em sua forma original.

Carmópolis de Minas, 22 de novembro de 2024.

**Ver. José Laércio da Silveira**

Presidente

**Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva**

Relator

**Ver(a). Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira**

Secretária

## **Ata da reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**

**Data:** 22 de novembro de 2024

**Horário:** 08:30 horas

**Local:** Sala de Sessões das Comissões

Às 08:30 horas do dia 22 de novembro de 2024, na Sala de Sessões das Comissões, realizou-se a reunião da seguinte comissão:

### **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR):**

- **Presidente:** Ver. José Laércio da Silveira
- **Relator:** Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva
- **Secretária:** Ver(a) Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira

Foi deliberado sobre o Projeto de Lei nº 42 de 14 de outubro de 2024 “Institui a semana de comemoração pela criação do Distrito Bom Jardim das Pedras, no município de Carmópolis de Minas”, e Projeto de Lei Ordinária nº 44/2024, que *“Proíbe que pessoas condenadas pela prática de crimes de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher, de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, dos crimes previstos no estatuto do idoso, crime de tráfico de drogas ou racismo, sejam nomeadas para cargo efetivos ou comissionados na administração direta e indireto do Poder Executivo e no Poder Legislativo municipais.*

O Sr. Presidente determinou a leitura dos pareceres do relator, que se manifestou favoravelmente aos Projetos de Leis nºs: 42 e 44/2024. Após a leitura, os pareceres foram colocados em votação, tendo sido aprovados por unanimidade pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, determinando que fosse lavrada a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

**Ver. José Laércio da Silveira**

Presidente

**Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva**

Relator

**Ver(a). Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira**

Secretária